Em Tese
Editada por discentes do PPGSP
UFSC
PPGSP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM Sociologia Política

v. 14, n. 1, jan./jun., 2017

RESENHA

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa:* as origens brasileiras da teoria da bondade natural. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000[1].

Isabel Lustosa[2]

Notas de um erudito

Todo aluno de Ciências Sociais deveria começar seu curso pela leitura deste admirável livro de Afonso Arinos. Pois é livro da maior utilidade para aqueles que, pela primeira vez, se veem às voltas com as teses sobre o estado de natureza presentes nas obras de Locke, Rousseau e Hobbes. Muitas daquelas ideias ficariam mais claras, fariam maior sentido a partir dessa viagem que Afonso Arinos empreende ao longo da história do pensamento político para provar a tese de que a trilogia básica da Revolução Francesa (liberdade, igualdade, fraternidade) tem íntima ligação com a teoria da bondade natural do homem, sobre cuja elaboração, pôr sua vez, influiu, de forma decisiva a figura mitológica do índio brasileiro.

Só um erudito, um homem que consegue frequentar com superior naturalidade tanto os velhos relatos dos viajantes, quanto a literatura europeia renascentista, quanto os tratados políticos e os manuais de filosofia seria capaz de obra que reunisse tanto conhecimento a tão bons pensamentos. Arinos produz, ao lado da análise dos mais

[1] Conforme *As normas de publicação para os(as) colaboradores(as)* da Em Tese, as resenhas devem ser de livros publicados nos últimos três anos. Não é o caso desta resenha, que trata de um livro reeditado há sete anos. Mas a revista abriu uma exceção para nós por julgarmos que, por sua excepcionalidade, o livro de Afonso Arinos resenhado merece ser objeto de interesse no campo do Pensamento Político Brasileiro. (Nota dos organizadores do dossiê.)

[2] Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: ilustosa@rb.gov.br

importantes relatos de viajantes que estiveram no Brasil nos três primeiros séculos de sua colonização, uma síntese do processo que viveu o pensamento social de Thomas Morus a Karl Marx. Escrito ainda na mocidade do autor, *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* é livro que pode ser colocado entre os nossos clássicos e surpreende que obra de tamanha grandeza seja pouquíssimo citada, pouquíssimo lida.

O livro se divide, do ponto de vista da literatura que analisa, em duas partes. Na primeira, o autor procura demonstrar, através da citação de trechos de vários relatos de viajantes, como se constituiu o mito do bom selvagem brasileiro, e como esse foi endossado pela presença física dos primeiros índios brasileiros que apareceram na Europa. Essa saborosa primeira parte do livro estimula o interesse do leitor pela segunda, mais densa, onde o autor mergulha na apresentação e análise das ideias gerais dos grandes pensadores.

A intenção inicial de Arinos era centrar sua análise na comparação das ideias de Montaigne com as de Rousseau. No entanto, apesar da celebridade maior dos *Ensaios*, notadamente da parte em que Montaigne se refere aos índios tupinambás que chegou a ver na corte de Carlos IX, a maior parte de suas reflexões sobre o tema já estava contida em obras que o antecederam. O que Arinos ressalta é a grande mistificação que um autor do prestígio de Montaigne conseguiu agregar ao tema. Ele chega a afirmar que própria guerra entre as tribos dos selvagens brasileiros era "nobre e generosa" e não tinha outro objetivo senão "a emulação pela virtude".

Desde os primeiros tempos do raciocínio especulativo, lembra Arinos, o homem procurou estabelecer uma ideia interpretativa de si mesmo, considerando o seu semelhante ora como um ente naturalmente virtuoso e bom, ora como um ser pérfido e mau por natureza. A partir da publicação das cartas de Américo Vespúcio descrevendo os nativos do Brasil, que viveriam num perfeito estado de natureza tal como teriam vivido Adão e Eva antes do pecado original, a noção do selvagem cruel e monstruoso começa a ser suplantada pela ideia do bom selvagem. Ao lado de Vespúcio, os relatos de outros viajantes como Pero Vaz de Caminha, Jean de Léry e o Padre Thevet acabam por servir de base às construções teóricas sobre o estado natural do homem. Estas surgem com o humanismo filosófico do século XVI e vão terminar no individualismo revolucionário do século dezoito.

Diz Afonso Arinos que o movimento se inicia com os filósofos quinhentistas. Impossibilitados de criticar abertamente as injustiças do tempo por causa da severa vigilância que a Igreja e o Estado exerciam sobre toda a produção intelectual, eles

começaram a produzir descrições de comunidades ideais, cujas venturas viriam exatamente do fato de adotarem instituições que eram o oposto das vigentes nos países civilizados da Europa. Os descobrimentos geográficos tornaram corrente esse processo literário que disfarçava, sob roupagens inocentes, as mais violentas críticas às instituições da época. Surgiu assim, diz Arinos, uma literatura de ficção na qual os elementos colhidos nas narrativas, já de si tendenciosas, dos viajantes, eram aproveitados num sentido ainda mais intencional, porque já trabalhado pelo raciocínio filosófico de espíritos muito mais cultos do que os dos exploradores das terras novas. O século dezesseis aproveitou a ideia do índio brasileiro para a construção de obras de caráter mais abstrato e menos científico.

Os grandes autores desta fase são Erasmo, Rabelais e Thomas Morus. Segundo Arinos, *A Utopia*, de Thomas Morus, participa tanto do frio racionalismo revolucionário quanto do sentimentalismo expresso na ideia de bondade natural do homem. Morus imaginou um homem que se servisse dos progressos da civilização, sem perder os atributos e virtudes humanas. Aproveitou, assim, da figura do selvagem brasileiro, aqueles traços que lhe davam a fisionomia da bondade natural e integrou-os com outros tirados do homem civilizado para conseguir a síntese ideal da civilização aliada a natureza.

Se o século dezesseis foi mais literário e especulativo do que sistemático e científico, o dezessete, será marcado pela preocupação com o rigor científico, com o estabelecimento de bases experimentais, mesmo para conclusões de ordem abstrata. A partir de sua segunda metade, reinam os juristas, os sábios, os criadores de sistemas. Estes, deixando de lado o sentimento e a inteligência filosófica, começam a se dirigir à razão e à inteligência científica, ou pseudocientífica, apresentando-lhes novos argumentos que, reunidos aos dos seus predecessores, iriam formar aquele conjunto irresistível de opinião sentimental e de convicção racional, que daria na torrente destruidora das ideias do século dezoito. O século dezoito, segundo Arinos, está entre os períodos históricos nos quais se observará mais indubitavelmente a força criadora e, sobretudo, destruidora da imaginação fanática, erigida em sistema filosófico e político.

No século dezesseis, a ideia da bondade natural do homem, teria o conteúdo de um princípio filosófico e moral. No dezessete, o de uma doutrina jurídica e, finalmente, no dezoito, o de uma teoria política. Como conceito filosófico, visava a reforma dos homens, a melhoria das almas. Como doutrina jurídica, a evolução pacífica das instituições, a adaptação destas às novas necessidades, definidas pela razão científica.

Como teoria política era, na opinião de Arinos, um apelo à violência. Não se tratava mais nem de ensaio de reforma, nem de tentativa de evolução. Tratava-se, já, de revolução, isto é, da propagação de um mito pelas massas e do levante destas, a fim de derrubarem o aparelho anterior do estado, empolgando diretamente o poder político.

Rousseau, o grande nome dessa corrente de pensamento no século dezoito, dirá que sua obra tinha por propósito demonstrar que o homem era naturalmente bom e que o hábito da civilização é que viera a corrompê-lo. Rousseau era um romântico, na medida em que procurava definir a desordem do mundo e a injustiça social como reflexo e consequência das imperfeições e taras contidas na alma dos homens. Sua influência no campo das ideias políticas é, na opinião de Arinos, de ordem geral. Dificilmente se poderá indicar com precisão um trecho de algum de seus livros como sendo a fonte direta deste ou daquele princípio ou episódio da Revolução Francesa. O que age é o espírito geral de sua obra, ou melhor, é o rousseauísmo: o conjunto orgânico de sentimentos e de ideias, uma certa "maneira" de considerar o mundo e a vida, que os intelectuais da Revolução retiraram dos seus livros.

Afonso Arinos acha que a Revolução de 1848 foi o epílogo da influência direta de Rousseau. Seus teóricos e intelectuais também participavam da crença na bondade natural do homem, manifestando posição contrária à violência. Do lado oposto estava a nascente escola de Karl Marx que já sustentava ser indispensável o apelo à força e à insurreição. Segundo Afonso Arinos, o marxismo, com a sua descrença no acordo entre as classes, foi o primeiro movimento filosófico que reagiu verdadeiramente contra a ideia da bondade natural do homem.

Apesar de concluir seu livro com uma pequena digressão sobre o retorno do mito do bom selvagem às literaturas portuguesa e brasileira, Arinos não se detém muito nesse interessante tema que proporcionaria material para um outro interessante livro. Este, infelizmente, ele ficou a nos dever.